



mediservice

Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A.

CNPJ Nº 57.746.455/0001-78

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A. ("Mediservice" ou "Companhia"), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), as quais abrangem as normas instituídas pela própria Agência e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendados e aprovados pela ANS, que incluem as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes.

Desempenho das Operações

A Mediservice Operadora de Planos de Saúde apresentou, no exercício de 2024, receitas com operações de assistência à saúde no montante de R\$ 94,304 milhões (R\$ 85,141 milhões no exercício de 2023), crescimento de 10,76%, tendo, ao longo do exercício de 2024, intensificado a implementação de novas iniciativas, que visam aprimorar os processos voltados para a administração de planos de pós-pagamento, com foco na oferta de novos planos, soluções e serviços aos clientes, além de projetos para o aumento da integração com a Bradesco Saúde.

Resultado do Exercício

A Mediservice Operadora de Planos de Saúde apresentou no exercício de 2024 Lucro Líquido de R\$ 65,693 milhões (R\$ 73,450 milhões no exercício de 2023), representando uma rentabilidade de 15,20% sobre o Patrimônio Líquido Médio.

Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos

O Estatuto prevê o pagamento aos acionistas da Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A. do mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido, a título de dividendos, respeitadas as deduções legais e distribuições previstas no próprio estatuto.

A Diretoria está autorizada, pelo Estatuto Social, a declarar e pagar dividendos intermediários à conta de Lucros Acumulados ou de Reservas existentes.

Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras estão classificadas na categoria valor justo por meio do resultado, conforme normas contábeis em vigor.

Principais Ações Estratégicas Realizadas

- Acordos com a Rede Referenciada: introdução e repactuação dos procedimentos médicos gerenciados em vários estabelecimentos hospitalares que integram a Rede Credenciada de prestadores médicos. Ampliado o projeto de Segunda Opinião Médica para cirurgias, com vistas ao aumento da qualidade da saúde;
- Aplicativo: lançamento da versão 4.4.3 no mesmo *design system* da Bradesco Saúde, com a aplicação de identidade visual e particularidades próprias da Mediservice. Destaque para a entrega do demonstrativo de utilização para fins de conciliação, transparência e para o Imposto de Renda, assim como incluindo os *cards* noticiando o desconto farmácia, parto adequado, programa Meu Doutor e habilitando o reconhecimento digital;
- Programa de Descontos: implantação do clube de vantagens Mediservice, oferecendo benefícios, *cashback*, descontos e outras oportunidades direcionadas à saúde e ao bem-estar. Sempre em parceria com grandes marcas e sem custo para os nossos clientes. Mediante o cadastro com o número do cartão Mediservice já é possível obter essas ofertas; e
- A estratégia de crescimento da Mediservice superou as expectativas. Em relação ao ano anterior, registramos crescimento de 24% no faturamento do Compartilhamento de Rede, sendo esse o pilar de destaque da Mediservice através do reposicionamento de sua marca. Como resultado, um aumento de 136.433 beneficiários na carteira da Mediservice, encerrando o ano de 2024 com 571.743 beneficiários.

Perspectivas e Planos da Administração para 2025

- Customizar soluções no processo de gestão assistencial do benefício, permitindo maior sustentabilidade das diferentes carteiras e retenção do cliente;
- Segmentar os diferentes públicos da carteira, proporcionando jornadas e serviços diferenciados na perspectiva do beneficiário;
- Revisitar modelo de atuação que seja cada vez mais proativo e customizado na gestão da sinistralidade;
- Ações contínuas para construção de indicadores visando a prevenção a fraudes e abusos; e
- Potencializar as decisões da Companhia baseadas em dados.

Controles Internos

A área de Controles Internos tem como principal objetivo apoiar todas as áreas internas, sejam de suporte ao negócio ou operacionais, na construção e manutenção de um ambiente corporativo mais seguro e sustentável em conformidade com as regulamentações, promovendo constantes melhorias no ambiente de controles de forma a oferecer segurança razoável para que os objetivos estratégicos sejam alcançados, assim como no nível de confiança nas demonstrações financeiras apresentadas. Suas atividades estão aderentes às normas locais, seguem as diretrizes da política da Organização Bradesco sobre o tema e cumprem as exigências da seção 404 da Lei americana *Sarbanes-Oxley* e os principais *frameworks* internacionais de controles, tais como o *COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission)* e o *COBIT (Control Objectives for Information and Related Technology)*. Os testes de aderência são realizados periodicamente, assegurando a eficiência dos controles e o atendimento às regulamentações e normativas internos do Grupo Bradesco Seguros. Os resultados são reportados à Alta Administração do Grupo Bradesco Seguros, aos Comitês de Auditoria e Gestão de Riscos, Controle Atuarial e Conformidade da Bradseg Participações.

Compliance

A Área de *Compliance* atua na disseminação dos assuntos e acompanhamento das ações junto às áreas de negócio, das regulamentações aplicáveis à Mediservice para assegurar a aderência, realizando o monitoramento do atendimento tempestivo às demandas dos Órgãos Reguladores que supervisionam suas atividades.

Os princípios de conduta, pautados pelas diretrizes apresentadas no Código de Conduta Ética da Organização e em nosso Código Setorial, orientam a conduta pessoal e profissional de nossos administradores, funcionários, terceiros e fornecedores de bens e serviços nas relações com os clientes e demais partes relacionadas. Para o tratamento das violações ao Código, contamos com canal de denúncia que recebe manifestações de desvios éticos, integridade, condutas anticompetitivas, assédio de qualquer natureza, entre outras. O canal conta com garantia de sigilo e anonimato, proteção ao denunciante de boa-fé. Também faz parte da atuação da Área de *Compliance*, o acompanhamento contínuo e ações periódicas para o acultramento dos públicos envolvidos (interno e externo), contribuindo para uma melhor jornada e experiência nas relações e com nossos produtos e serviços.

O Grupo Bradesco Seguros possui comitês executivos, possibilitando que as tomadas de decisão ocorram nas instâncias pertinentes, resguardando os padrões de conduta e a responsabilidade corporativa, numa contínua busca de excelência em seus processos e uma prestação de contas transparente e ética às partes interessadas.

A Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A. contrata e faz a gestão dos serviços de auditoria independente de forma centralizada pela Organização Bradesco, conforme divulgado nas Demonstrações Contábeis Consolidadas do Banco Bradesco S.A.

Gestão de Riscos

A Mediservice Operadora de Planos de Saúde possui uma Estrutura de Gestão de Riscos em linha com os modelos adotados no mercado nacional e em atendimento à legislação vigente, no que tange a regulamentos, normas e políticas internas, tendo como principal objetivo assegurar que os riscos a que a Companhia está exposta sejam devidamente identificados, analisados, mensurados, tratados e monitorados.

O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa, que abrange, desde a Alta Administração, até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação e gestão dos riscos. Possui comitês com funções específicas, permitindo que os riscos, tais como crédito, liquidez, mercado e operacional sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados.

Estão inseridos, nesse contexto, categorizar os riscos relevantes para compor o perfil de riscos, monitorar os tipos de riscos assumidos com base nas compensações risco-retorno, para alcançar os objetivos estratégicos e buscar eficiência na gestão de capital, monitorar continuamente a exposição e tolerância aos riscos e assegurar o acultramento de gestão de riscos, incluindo a difusão das políticas, normas e processos.

Prevenção à Lavagem de Dinheiro/Financiamento do Terrorismo e à Fraudes

A Mediservice Operadora de Planos de Saúde mantém o compromisso contínuo de prevenir e combater a Lavagem de Dinheiro, o Financiamento ao Terrorismo e as Fraudes, por meio de processos, sistemas, controles consistentes e equipes qualificadas, recursos estes aplicados no devido monitoramento das operações e relacionamentos, apoiando os esforços governamentais locais e internacionais contra possíveis situações criminosas. Mantém disponíveis canais de denúncia e caixas de *e-mails* corporativos aos administradores, funcionários, estagiários, aprendizes e ao público externo para receber relatos de indícios e/ou suspeitas de práticas ilícitas ou irregulares, resguardando total sigilo.

Durante o exercício de 2024, não foram realizadas comunicações de operações ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF.

Privacidade e Segurança da Informação

Com o avanço, a expansão e a rapidez das soluções digitais, atuamos para que nossos ativos estejam protegidos e preparados e sejam capazes de resistir a ocorrências cibernéticas, como ataques, intrusões e vazamentos de dados. Para isso, adotamos um arcabouço de normas, processos, procedimentos e controles, com o objetivo de conduzir o adequado gerenciamento e diligência à privacidade, segurança da informação e cibernética para: i) identificação de ameaças e vulnerabilidades; ii) proteção contra-ataques; e iii) resposta e recuperação de incidentes, sempre direcionados pelos requerimentos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e definições emanadas pelos Órgãos Reguladores sobre Segurança da Informação e Cibernética.

Sendo assim, a Mediservice Operadora de Planos de Saúde aprimora continuamente sua governança com a adoção de medidas (preventivas e/ou corretivas), mantendo o foco no compromisso organizacional com a disponibilidade, integridade, segurança, confiabilidade, autenticidade e privacidade dos clientes, funcionários, colaboradores e dos ativos de informação. Essas ações estão sempre apoiadas nos direcionamentos do encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais ou *Data Protection Officer* (DPO), durante todo o ciclo de tratamento de dados, concentrando esforços na conformidade aos dispositivos legais aplicáveis para melhoria da qualidade, transparência, proteção aos dados, capacitações obrigatórias e ações de conscientização e acultramento. Para tanto, aplicamos as boas práticas de segurança, bem como revisamos, no mínimo anualmente, normas internas, processos, documentos firmados com terceiros e sistemas de informação e controles e o atendimento às solicitações de titulares de dados pessoais, dentre outras atribuições.

Tecnologia da Informação

Os esforços dos núcleos de Tecnologia da Informação da Mediservice Operadora de Planos de Saúde, alinhados ao direcionamento estratégico, no exercício de 2024, concentraram-se em projetos, de forma a ganhar mais eficiência, maximizar a segurança e melhorar a experiência do usuário e a satisfação dos clientes, destacando-se:

- Melhorias no Portal Credenciado, com a disponibilização de funcionalidade, que apresenta o termo de Atualização do Acordo Operacional no portal do credenciado, eliminando a necessidade de impressões físicas, reduzindo erros e atrasos na entrega, que antes eram feitas por meio de correio. Também implementamos melhorias no processo de Edição de Dados Cadastrais Básicos, que reduziu o número de alterações feitas pelas cursais, resultando em uma jornada de fácil operação em que o credenciado mantém a gestão do cadastro básico sob sua responsabilidade direta, eliminando intermediários no processo. Foi disponibilizada a nova jornada de consulta de autorizações e prorrogações de senhas, proporcionando maior segurança, maior *performance* no portal, agilidade e melhor entendimento do processo;
- Foi reformulada e otimizada a jornada de Segunda Opinião Médica para Peritos e Consultores Médicos em uma nova tecnologia, que proporciona maior segurança da informação nas transações realizadas pelo canal externo, com benefício de uma experiência digital fluida, simples, sem fricção e mais segura; e
- Houve melhorias no Portal Beneficiário, como a disponibilização de nova jornada para que o beneficiário acompanhe o *status* das senhas de autorizações de procedimentos médicos, próprios ou de dependentes menores de 18 anos, com informação transparente e de fácil acesso.

Agradecimentos

Agradecemos a preferência e a confiança dos nossos clientes; o papel exercido pela ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar e demais Órgãos Reguladores; e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e Parceiros de Negócios.

Barueri, 26 de fevereiro de 2025.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

		<i>(Em milhares de reais)</i>					<i>(Em milhares de reais)</i>		
	Nota	2024	2023		Nota	2024	2023		
ATIVO				PASSIVO					
ATIVO CIRCULANTE		372.171	786.916	PASSIVO CIRCULANTE		303.434	271.077		
Disponível		10.207	9.289	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	10	154.826	208.806		
Realizável		361.964	777.627	Provisão de eventos/sinistros a liquidar para SUS		293	368		
Aplicações financeiras	4	181.874	519.767	Provisão de eventos/sinistros a liquidar para outros prestadores		154.533	208.438		
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		-	332.098	Débitos de operações de assistência à saúde		7.148	5.343		
Aplicações livres		181.874	187.669	Outros débitos de operações com planos de assistência à saúde		7.148	5.343		
Créditos de operações com planos de assistência à saúde		158.845	238.894	Tributos e encargos sociais a recolher	11	42.266	42.909		
Contraprestação pecuniária/prêmio a receber	5	110.129	193.568	Débitos diversos	12	99.194	14.019		
Operadoras de planos de assistência à saúde		47.701	44.275	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		12.790	13.960		
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde		1.015	1.051	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	10	2.570	1.786		
Créditos tributários e previdenciários	6	18.726	18.544	Provisão de eventos/sinistros a liquidar para outros prestadores		2.570	1.786		
Bens e títulos a receber		2.400	304	Provisões		10.220	11.763		
Despesas antecipadas		119	118	Provisões para ações judiciais	13	10.220	11.763		
ATIVO NÃO CIRCULANTE		17.102	17.885	Débitos diversos	12	-	411		
Realizável a longo prazo		14.640	14.135	PATRIMÔNIO LÍQUIDO/PATRIMÔNIO SOCIAL	15	73.049	519.764		
Ativo fiscal diferido	6	10.747	11.320	Capital social/patrimônio social		40.698	390.698		
Depósitos judiciais e fiscais	7	3.893	2.815	Reservas		32.351	129.066		
Imobilizado	8	353	1.308	Reservas de lucros/sobras/retenção de superávits		32.351	129.066		
Imobilizado de uso próprio		-	2	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		389.273	804.801		
Imobilizado - não hospitalares/odontológicos		-	2						
Outras imobilizações		7	140						
Direito de uso de arrendamentos		346	1.166						
Intangível	9	2.109	2.442						
TOTAL DO ATIVO		389.273	804.801						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

		<i>(Em milhares de reais, exceto o resultado líquido por ação)</i>		
	Nota	2024	2023	
Contraprestações efetivas/prêmios ganhos de plano de assistência à saúde	18a	87.770	79.160	
Receitas com operações de assistência à saúde		94.304	85.141	
Contraprestações líquidas/prêmios retidos		94.304	85.141	
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora		(6.534)	(5.981)	
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		87.770	79.160	
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde		4.590	11.878	
Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde	18b	(20.291)	(17.734)	
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde		(19.270)	(16.815)	
Programas de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças		(690)	(583)	
Provisão para perdas sobre créditos		(331)	(336)	
RESULTADO BRUTO		72.069	73.304	
Despesas administrativas	18c	(24.536)	(23.885)	
Resultado financeiro líquido	18d	52.326	62.861	
Receitas financeiras		52.935	64.115	
Despesas financeiras		(609)	(1.254)	
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		99.859	112.280	
Imposto de renda	18e	(23.929)	(25.969)	
Contribuição social	18e	(8.929)	(9.657)	
Impostos diferidos	18e	(573)	(1.937)	
Participações sobre o lucro		(735)	(1.267)	
RESULTADO LÍQUIDO		65.693	73.450	
Quantidade de ações		101.528.762	101.528.762	
Resultado líquido por ação		0,65	0,72	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

		<i>(Em milhares de reais)</i>	
		2024	2023
Lucro líquido do exercício		65.693	73.450
Total do resultado abrangente do exercício		65.693	73.450

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

		<i>(Em milhares de reais)</i>	
		2024	2023
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
(+) Recebimento de planos saúde		1.313.596	1.426.213
(+) Resgate de aplicações financeiras		1.586.943	1.442.674
(+) Outros recebimentos operacionais		20.571	35
(-) Pagamento a fornecedores/prestadores de serviço de saúde		(1.207.411)	(1.371.522)
(-) Pagamento de pessoal		(11.508)	(9.820)
(-) Pagamento de serviços terceiros		(9.270)	(10.214)
(-) Pagamento de tributos		(25.905)	(26.365)
(-) Pagamento de processos judiciais (cíveis/trabalhistas/tributários)		(3.622)	(1.030)
(-) Pagamento de aluguel		(929)	(1.027)
(-) Pagamento de promoção/publicidade		(1.456)	(1.129)
(-) Aplicações financeiras		(1.211.144)	(1.444.648)
(-) Outros pagamentos operacionais		(23.746)	(4.993)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais		426.119	(1.826)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
(+) Integralização de capital em dinheiro		-	30.180
(-) Pagamento de participação nos resultados		(906)	(966)
(-) Outros pagamentos da atividade de financiamento		(424.295)	(32.432)
Caixa líquido das atividades de financiamento		(425.201)	(3.218)
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		918	(5.044)
CAIXA – Saldo inicial		9.289	14.333
CAIXA – Saldo final		10.207	9.289
		918	(5.044)
Ativos livres no início do período		196.958	225.823
Ativos livres no final do período		192.081	196.958
Aumento/(Diminuição) nas aplicações financeiras - RECURSOS LIVRES		(4.877)	(28.865)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

		<i>(Em milhares de reais)</i>				
		Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros Reserva estatutária	Lucros acumulados	Total
Saldo em 01º de janeiro de 2023		360.518	19.836	73.774	-	454.128
Aumento de capital:						
AGE de 27/12/2023		30.180	-	-	-	30.180
Dividendos pagos (R\$ 339,14 por lote de mil ações)		-	-	-	(32.432)	(32.432)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	73.450	73.450
Dividendos propostos (R\$ 54,78 por lote de mil ações)		-	-	-	(5.562)	(5.562)
Proposta para destinação do lucro líquido		-	3.673	31.783	(35.456)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		390.698	23.509	105.557	-	519.764
(Reduções) de capital:						
AGE de 20/09/2024		(250.000)	-	-	-	(250.000)
AGE de 30/09/2024		(100.000)	-	-	-	(100.000)
Dividendos pagos (R\$ 332,98 por lote de mil ações)		-	-	(33.807)	-	(33.807)
Dividendos propostos (R\$ 651,96 por lote de mil ações)		-	-	(66.193)	-	(66.193)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	65.693	65.693
Dividendos pagos antecipadamente (R\$ 344,00 por lote de mil ações)		-	-	-	(34.926)	(34.926)
Dividendos propostos (R\$ 270,68 por lote de mil ações)		-	-	-	(27.482)	(27.482)
Proposta para destinação do lucro líquido		-	3.285	-	(3.285)	-
Saldo em						



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A. ("Mediservice" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada em São Paulo, autorizada a operar pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), exercendo a atividade de Medicina de Grupo, que tem por objeto social operar planos de assistência à saúde e odontológicos, desenvolvimento de atividades de prevenção de riscos e doenças e de promoção da saúde, inclusive por meio de assessoria em soluções assistenciais, gestão de programas de saúde, de atenção continuada, medicina ocupacional, prevenção de acidentes do trabalho, reembolso e desconto de medicamentos em farmácias, prestação de serviços relacionadas à operação de assistência à saúde, como serviços de apoio para integração entre sistemas de recursos humanos e de informações sobre assistência à saúde, aluguel e compartilhamento de rede de prestadores de serviços médicos e intermediação de contratação de rede entre operadoras. O endereço da sede da Companhia é Avenida Alphaville, nº 779 - Empresarial 18 do Forte - Barueri - São Paulo, CEP 06472-900.

A Companhia é controlada diretamente pela Bradesco Saúde S.A. e em última instância pelo Banco Bradesco S.A. As operações são conduzidas em conjunto com as operações da controladora Bradesco Saúde, atuando de forma integrada no mercado, e os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

Essas demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração e Conselho de Administração da Bradesco Saúde S.A. em 26 de fevereiro de 2025.

2. Principais políticas contábeis materiais

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas de forma consistente entre os exercícios apresentados nas demonstrações contábeis.

a. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), as quais abrangem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendados pela ANS, inclusive as normas instituídas pela própria ANS. As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Resolução Normativa nº 528/2022 e alterações posteriores.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

b. Base para avaliação, de apresentação e moeda funcional

As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, exceto para os ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas: 4 – Aplicações financeiras e 13 – Provisões para ações judiciais, incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tenham efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis; (ii) informações sobre incertezas de premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício contábil.

d. Segregação entre circulante e não circulante

A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações contábeis, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassem o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base. Os títulos e valores mobiliários classificados como a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento. Ativos e/ou passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados no Ativo ou Passivo Não Circulante. Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, exceto os depósitos judiciais e passivos contingentes que possuem características de longo prazo, em virtude da dependência de trâmites judiciais. Os passivos de provisões técnicas acompanham suas características contratuais, segmentados conforme fluxos futuros projetados.

e. Aplicações e Instrumentos financeiros

A Companhia efetua a avaliação de seus instrumentos financeiros em consonância aos Pronunciamentos Técnicos, CPC's 48 e 46, mensurando os ativos financeiros com base tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

A Companhia classifica os ativos financeiros na categoria mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR).

(i) Modelo de negócio

Configura a maneira pela qual a Companhia administra seu ativo financeiro para gerar fluxos de caixa. O objetivo da Administração para um determinado modelo de negócio, é: (i) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais; (ii) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais e venda; ou (iii) manter os ativos para negociação. Quando os ativos financeiros se enquadram nos modelos de negócios (i) e (ii) deve-se aplicar o teste SPPI (somente pagamento de principal e juros, do inglês *Solely Payment of Principal and Interest*). Os ativos financeiros mantidos sob o modelo de negócios (iii) são mensurados ao VJR.

(ii) Teste de Pagamento de Principal e Juros - SPPI

O objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal. Neste sentido, o principal se refere ao valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e juros se refere à contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo, ao risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante período específico e a outros riscos e custos básicos de empréstimos. Os instrumentos financeiros que não se enquadram no conceito mencionado acima são mensurados a VJR, como por exemplo, os derivativos.

(iii) Disponível e Equivalentes de Caixa

São representados por depósitos bancários sem vencimento e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação, e são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, assim como são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado

Todos os ativos financeiros que não atendam aos critérios de mensuração ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como mensurados ao VJR, além daqueles ativos que no reconhecimento inicial são irrevogavelmente designados ao VJR, caso isso elimine ou reduza significativamente descausamentos contábeis.

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço, e os custos de transação são registrados diretamente no resultado do exercício.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPI, cujo objetivo é o de manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais, e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

a. Recebíveis

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas "Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde", que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Determinação do valor justo

O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de taxas médias do mercado secundário, divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros

Os instrumentos financeiros têm a mensuração da perda de crédito esperada; avaliamos o valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que a Companhia espera reaver, descontados pela taxa efetiva de juros; o valor contábil do ativo é reduzido por meio de provisões e o valor da perda é reconhecido no demonstração do resultado do exercício.

a. Redução ao valor recuperável (impairment) de Contraprestação Pecuniária a Receber

A Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável de contraprestações e de taxa de administração a receber com base em estudo técnico, que consiste em observar os índices de recebimento em relação às contraprestações emitidas, por cliente, nos últimos seis meses. Para os contratos com parcelas em atraso superior a 90 dias, cujo percentual de recebimento seja menor que 80% serão provisionadas as parcelas vencidas e a vencer independente do período inadimplente de contraprestações, taxas de administração a receber e outros créditos de operações com planos. Nos contratos cujo percentual de recebimento for superior a 80% das emissões no período de estudo, são provisionadas as parcelas vencidas com período igual ou superior a 90 dias. Para os contratos em situação de Execução Judicial é constituído 100% do montante a receber independente o período em inadimplência.

f. Créditos de operações com planos de assistência à saúde

São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida à conta de recuperação do contratante, provenientes de contratos vigentes na data do balanço e pelos valores a receber referentes a ressarcimentos de eventos.

g. Imobilizado

O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios reconhecidos pelo custo histórico, reduzidos por depreciação acumulada e perdas por reduções ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, reconhecidos líquidos dos custos da transação no resultado do exercício.

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade.

Gastos de reparo ou manutenção são reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos. Gastos com reformas e melhorias que prolongam a vida útil dos bens são incorporados ao custo do ativo imobilizado.

A depreciação do ativo imobilizado é reconhecida no resultado pelo método linear, de acordo com as seguintes taxas anuais para os exercícios correntes e comparativos: 10% para móveis, utensílios, máquinas e equipamentos, e 20% para equipamentos de informática e benfeitorias em imóveis de terceiros.

(i) Ativos de direito de uso

Para as operações de arrendamento mercantil, a Companhia avaliou a existência de contratos que transferem ao cliente o direito de controlar o uso do ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Sendo assim, a Companhia como arrendatária em contratos de imóveis possui o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso destes ativos, e o direito de direcionar o uso deles.

No início de um arrendamento é reconhecido um passivo de arrendamento e um ativo de direito de uso. As despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e as despesas de depreciação do ativo de direito de uso são reconhecidas separadamente. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo e subsequentemente deduzido da depreciação acumulada e de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O direito de uso também será corrigido em caso de remensuração do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada de maneira linear pelo prazo dos arrendamentos.

A taxa incremental aplicada pela Companhia leva em consideração a taxa de captação livre de risco ajustada pelo spread de crédito.

h. Intangíveis

Softwares adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e eventuais perdas acumuladas por impairment. A taxa de amortização é de 10% a 20% ao ano.

Despesas de desenvolvimento interno de software são reconhecidas como ativo quando é possível demonstrar sua intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento, mensurando seu custo e a utilização dos softwares de modo que gere benefícios econômicos futuros. Os custos capitalizados de softwares desenvolvidos internamente incluem todos os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento, deduzido da amortização acumulada gerada durante a vida útil e são testados por impairment, caso haja indicativo de perda.

Despesas subsequentes com softwares são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas como despesas à medida que são incorridas.

i. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

A totalidade da Provisão de eventos/sinistros a liquidar é baseada nos avisos de cobrança dos serviços médico-hospitalares e odontológicos realizados pelos prestadores de serviços, efetivamente recebidos pela Companhia até a data-base do balanço.

j. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

(i) Ativos contingentes

Não são reconhecidos e serão registrados contabilmente quando houver garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados, quando aplicável.

(ii) Passivos contingentes

São constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes, e os passivos contingentes classificados como remotos não são divulgados.

(iii) Obrigações legais

Decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade. A Companhia leva em consideração a opinião de assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, para que assim seus montantes sejam reconhecidos nas demonstrações contábeis.

k. Benefícios a empregados

(i) Obrigações de curto prazo

As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são mensuradas e registradas no resultado à medida que o respectivo serviço é prestado.

(ii) Obrigações por aposentadoria

Plano de contribuição definida

A Companhia é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um FIE (Fundo de Investimento Exclusivo). O Plano é administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. e a BRAM – Bradesco Asset Management S.A., a qual é a responsável pela gestão financeira dos fundos FIEs.

O Plano de Previdência Complementar conta com contribuições dos funcionários e administradores da Companhia equivalentes a, no mínimo, 4% do salário e, pela empresa, 5% do salário, acrescidas do percentual destinado a coberturas dos benefícios de risco (morte e invalidez). As obrigações atuariais do plano de contribuição definida estão integralmente cobertas pelo patrimônio do FIE correspondente. Além do plano apresentado, está assegurado aos participantes que, em 2001, optaram em migrar do plano de benefício definido, um benefício proporcional diferido, correspondente aos seus direitos acumulados naquele plano. Para os participantes ativos, aposentados e pensionistas do plano de benefício definido, em extinção, o valor presente das obrigações atuariais do plano está integralmente coberto por ativos garantidores.

Outras obrigações pós-emprego

Há custeio do plano de saúde para ex-funcionários e seus dependentes legais por um período de 180 ou 270 dias da data de desligamento, a depender do tempo de empresa.

Outros benefícios de curto prazo

Outros benefícios de curto prazo, tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional, são oferecidos aos funcionários e Administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos.

l. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$240, no exercício. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e inclui qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançados pela mesma autoridade tributária, sobre a entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

m. Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

As contraprestações e os eventos de planos de assistência à saúde, na modalidade de pós-pagamento, são reconhecidos a partir do aviso de cobrança dos serviços médico-hospitalares e odontológicos realizados pelos prestadores de serviços. As receitas relacionadas à taxa de administração dos planos de assistência à saúde são reconhecidas mensalmente, considerando as disposições contratuais.

A participação mínima dos funcionários no resultado é apurada com base na convenção coletiva firmada com o sindicato da categoria. Complementos adicionais à participação mínima são reconhecidos de acordo com determinadas metas estipuladas pela Administração.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre os ativos dos fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis).

n. Normas, alterações e interpretações de normas

a. Normas Aplicáveis em períodos futuros

Novas normas, ou alterações de normas e interpretações que são efetivas e ainda não aprovadas pela ANS, são como segue: Adoção dos pronunciamentos emitidos pelo ISSB IFRS S1 E S2 - Padrões de Divulgação de Sustentabilidade que trata a CFC 1710/23

As novas NBC's facultam a adoção pelas empresas nos anos calendário de 2024 e 2025, sendo obrigatório a partir do ano de 2026. A Administração concluirá sua avaliação até a data da entrada em vigor da norma.

CPC 26- IFRS18 - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis - Demonstração de Resultado

A principal alteração introduzida pela IFRS 18 é a forma como as entidades que reportam irão estruturar as suas respectivas demonstrações de resultados. A norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027. A Administração concluirá sua avaliação até a data da entrada em vigor da norma.

Lei 15040/2024 - Lei do Contrato de Seguros

Conhecida como o Marco Legal dos Seguros, a Lei dispõe sobre normas de seguros privados, foi sancionada em 9 de dezembro de 2024 com vigência a partir de dezembro de 2025. Os impactos da Lei estão sendo avaliado pela Administração.

Lei Complementar nº 214/2025

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214, resultante da conversão do PLP nº 68/2024. Esta lei é parte da regulamentação da Emenda Constitucional nº 132, que estabelece a Reforma Tributária sobre o Consumo. Ela institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), marcando um passo importante na Reforma Tributária do consumo. A Administração está acompanhando esse tema e avaliando os efeitos que serão produzidos por esta e futuras regulamentações ainda em tramitação no Congresso Nacional.

3. Gerenciamento de riscos

a. Introdução

A Companhia está exposta aos riscos de crédito, liquidez, mercado e operacional, inerentes às suas operações e que podem afetar, em diferentes proporções, seus objetivos estratégicos e financeiros.

A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações sobre estas exposições, bem como as políticas e os processos adotados pela Companhia, no gerenciamento de cada um dos riscos acima mencionados.

Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades da Companhia, tendo por finalidade adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento de suas atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas e das operações da Companhia. Diversos investimentos relacionados ao processo de gerenciamento de riscos são constantemente realizados, especialmente na capacitação do quadro de colaboradores em todos os níveis hierárquicos. Estas iniciativas têm como objetivo proporcionar o aperfeiçoamento na eficiência operacional e disseminar o acultamento dos colaboradores, e são, consequentemente, convertidas na elevação da qualidade do gerenciamento dos riscos e na garantia do foco necessário a estas atividades, que produzem forte valor agregado à Companhia.

No sentido amplo, o processo de Governança Corporativa representa o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho da Companhia e proteger os acionistas, investidores, clientes, colaboradores, fornecedores, etc., bem como agregar valor e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo, principalmente, aspectos voltados à transparência e prestação de contas. Neste contexto, o processo de gerenciamento de riscos é permanentemente exercido e conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa, que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos. Esta estrutura encontra-se alinhada com as melhores práticas de mercado, contando com políticas, Comitês com funções específicas e estrutura diretiva, estabelecendo regras e normas, provendo recursos humanos e tecnológicos voltados a estas atividades.

O gerenciamento do risco inerente às operações da Companhia é abordado de modo integrado e apoiado em uma estrutura sólida e independente (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). Esta abordagem proporciona o aperfeiçoamento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que podem comprometer sua correta identificação e mensuração. A estrutura do processo de gerenciamento de riscos permite que os riscos de mercado sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados, e, para assegurar uniformidade ao processo, há regularmente uma Comissão de Gestão de Riscos da Companhia que avalia a adequação das provisões técnicas, aderência das premissas e possíveis impactos relacionados a alteração de premissas no cálculo das provisões técnicas, além de assuntos relacionados à Gestão de Capital, com impacto na solvência ou no nível de apetite a riscos.

Refletindo o compromisso com o gerenciamento de riscos, um fórum de alto nível denominado Comitê Executivo de Gestão de Riscos estuda tal risco, propõe limites de tolerância e elabora planos de mitigação, entre outras atribuições, com o intuito de se obter sinergia entre estas atividades. Existem ainda os Comitês Executivos definidos pelo Banco Bradesco para tratar os assuntos relacionados, entre outros, ao risco de mercado, os quais são submetidos ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, que tem por atribuição assessorar o Conselho de Administração na aprovação de políticas institucionais, diretrizes operacionais e estabelecimento de limites de exposição a riscos.

b. Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte.

Este risco pode se materializar de diversas formas, entre outras:

- Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados;
- Possibilidade de algum emissor de ativo financeiro não efetuar o pagamento previsto no vencimento ou as amortizações previstas para cada título; e
- Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas.

Gerenciamento do risco de crédito

O gerenciamento do risco de crédito da Companhia é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico, através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. É um processo realizado de forma corporativa mediante procedimentos internos estruturados, independentes, e embasados em documentação e relatórios próprios, avaliados pelas estruturas de gestão de riscos da Companhia e do Banco Bradesco, baseado em modelos internos, em fase de implementação gradual, visando à apuração, mensuração e cálculo do capital. Para mitigar o risco de crédito, atrelado ao risco do contas a receber, a Companhia adota como prática o cancelamento dos beneficiários inadimplentes conforme prazo contratual.

No que se refere às aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo, pelo fato de que a maior parte da carteira está concentrada em títulos de renda fixa públicos e operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais, como demonstrado nos quadros abaixo:

	2024	Total
Ativos Financeiros/Rating	AAA (*)	Total
Valor justo por meio do resultado	181.874	181.874
Títulos de renda fixa públicos	181.874	181.874
Total	181.874	181.874

	2023	Total
Ativos Financeiros/Rating	AAA (*)	Total
Valor justo por meio do resultado	519.767	519.767
Títulos de renda fixa públicos	519.767	519.767
Total	519.767	519.767

(*) Os títulos públicos classificados nessa coluna referem-se a títulos do tesouro brasileiro (risco soberano).

Trimestralmente, são realizadas as reuniões dos Comitês Executivos de Gestão de Riscos e de Gestão de Risco de Crédito do Banco Bradesco, para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório e aprimoramento nos processos de gestão.

c. Risco de liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de inexistência de recursos financeiros suficientes para a Companhia honrar seus compromissos em razão dos descausamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações; em outras palavras, está relacionado tanto com a incapacidade da Companhia de liquidar seus compromissos, como com as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação.

O conhecimento e o acompanhamento deste risco são absolutamente cruciais, sobretudo para que a Companhia possa liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado, substancialmente, pela reconciliação do fluxo de caixa da Carteira de Títulos e Valores Mobiliários (CTVM) com os passivos atuariais. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. A qualidade dos investimentos também garante a capacidade de cobrirmos altas exigências de liquidez.





O quadro a seguir apresenta o risco de liquidez que a Companhia está exposta:

	2024	
	Fluxo de Ativos (i)	Fluxo de Passivos (ii)
À vista ou sem vencimento definido	10.207	-
Fluxo de 0 a 3 meses	343.118	303.235
Fluxo de 3 a 6 meses	-	199
Total	353.325	303.434

- (i) Os ativos financeiros foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais. O fluxo de ativos considera o disponível, aplicações, créditos de operações com planos de assistência à saúde e bens e títulos a receber. As provisões técnicas foram consideradas na melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento.
- (ii) O fluxo de passivos considera os passivos de débitos de operações de assistência à saúde, tributos e encargos sociais a recolher, provisões técnicas de operações de assistência à saúde e os débitos diversos. O fluxo de ativos considera o disponível, aplicações, créditos de operações com planos de assistência à saúde e bens e títulos a receber.

Gerenciamento do risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é exercido de forma corporativa, envolvendo um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.

A política corporativa de gestão de riscos de mercado e liquidez tem por objetivo assegurar a existência de normas, critérios e procedimentos que garantam à Companhia o estabelecimento de reserva mínima de liquidez (RML), caixa líquido e disponível por empresa em excesso à RML estabelecida, indicador de liquidez de curto prazo (LCP), bem como a existência de uma governança específica para consumo do caixa e níveis do LCP, estratégia e de planos de ação para situações de crise de liquidez.

O monitoramento ocorre diariamente e trimestralmente é realizada a reunião do Comitê Executivo de Gestão de Riscos para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório/aprimoramento nos processos de gestão.

d. Risco de mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos instrumentos financeiros da Companhia, uma vez que suas carteiras ativas e passivas podem apresentar descasamentos de prazos, moedas e indexadores.

Este risco é identificado, mensurado, mitigado e gerenciado, sendo as diretrizes e limites monitorados diariamente, de maneira independente.

As atividades expostas a risco de mercado são mapeadas, mensuradas e classificadas quanto à probabilidade e magnitude, com seus respectivos planos de mitigação devidamente aprovados pela estrutura de governança.

Gerenciamento do risco de mercado

O processo, realizado de forma corporativa, é aprovado pelo Conselho de Administração do Conglomerado Bradesco e reavaliado no mínimo, anualmente, ou conforme necessidade, pelos comitês específicos, bem como pelo próprio Conselho de Administração.

Definição de limites

As propostas de limites de risco de mercado são validadas em comitês específicos de negócios, bem como pelos Comitês Executivos de Investimentos e de Gestão de Riscos. Posteriormente, são submetidas à aprovação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, observando os limites definidos pelo Conselho de Administração, conforme as características das operações.

A carteira de investimentos financeiros da Companhia consiste em operações estruturais provenientes das linhas de negócio. Neste tipo de operação, a intenção não é a negociação no curto prazo, que visa se beneficiar de oscilações de mercado, mas sim a manutenção do investimento pelo período necessário ao seu tipo de negócio e demanda, atendendo suas necessidades específicas. Os principais riscos monitorados são os riscos de taxa de juros.

Modelos de mensuração do risco de mercado

As posições são mensuradas mediante a metodologia de VaR Delta-Normal para o horizonte de 1 dia, com nível de confiança de 99% e volatilidades e correlações calculadas a partir de métodos estatísticos que atribuem maior peso aos retornos recentes.

A mensuração e o controle do risco de taxa de juros são feitos a partir da metodologia EVE (Economic Value Equity), que mede o impacto econômico sobre as posições, de acordo com os cenários elaborados pela área econômica do Banco Bradesco. Nesses cenários são determinados movimentos positivos e negativos que podem ocorrer nas curvas de taxas de juros, com impactos sobre os ativos e passivos ao longo da vida das operações, não representando necessariamente ajuste contábil.

Análise de sensibilidade de risco de mercado

A Companhia possui exposição em ativos financeiros de renda fixa, principalmente de operações compromissadas, considerada de baixo risco de mercado. Sendo assim, o choque proveniente do deslocamento de 1 ponto base na curva mais o efeito fiscal geram impactos em resultado e PL menor que R\$1 mil.

e. Risco operacional

O risco operacional é a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e à imagem da Companhia.

Gerenciamento do risco operacional

A Companhia aborda o gerenciamento do risco operacional num processo de aprimoramento contínuo, visando acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade deste gerenciamento. Todo o processo de Governança Corporativa para gerenciamento do risco operacional é acompanhado trimestralmente pelos comitês executivos da Companhia e do Banco Bradesco, cada qual com a sua especificidade, possuindo, dentre outras, as seguintes atribuições:

- Avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados e sua mitigação;
- Desenvolvimento do Banco de Dados de Perdas Operacionais (BDPO) para reporte de prejuízos decorrentes de eventos de riscos operacionais e implantação de ações corretivas;
- Treinamento e disseminação da cultura de controles internos;
- Garantir o cumprimento das políticas de gestão de risco operacional e de continuidade de negócios da Companhia;
- Assegurar a efetividade do processo de gerenciamento de risco operacional e de continuidade de negócios da Companhia;
- Aprovar e revisar as definições e critérios, modelagens matemáticas e cálculos referentes ao montante da alocação de capital;
- Avaliar e submeter à validação do Comitê Executivo de Gestão de Riscos, com reporte aos comitês específicos, a política, estrutura, papéis, procedimentos e responsabilidades das dependências envolvidas no processo, bem como as revisões executadas anualmente; e
- Zelar pelo cumprimento de padrões éticos.

Dentro deste cenário, a Companhia dispõe de mecanismos de avaliação do seu sistema de Controle Interno para prover segurança razoável quanto ao alcance de seus objetivos, a fim de evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade com as normas e instruções internas. O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional, em que o mapa de riscos é atualizado regularmente, com base nas autoavaliações de riscos e controles.

Procedimentos de controle e monitoramento contínuo

- Identificar junto às dependências interna e externa da Companhia os eventos de perdas decorrentes do risco operacional, assegurando o correto tratamento mediante as origens/causas, para a avaliação, monitoramento e controle do processo, possibilitando a redução dos impactos, ao menor custo; e
- Estabelecer reuniões com os gestores e executivos, quanto ao tratamento das perdas junto às áreas, visando à melhoria contínua, ações corretivas e preventivas do Risco Operacional.

f. Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é realizado de forma corporativa e visa assegurar que a Companhia mantenha uma sólida base de capital para fazer face aos riscos inerentes às suas atividades, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos e metas, de acordo com as características de cada empresa do Grupo. Para tanto, são considerados o ambiente de negócios, a natureza das operações, a complexidade e a especificidade de cada produto e serviço no mercado de atuação.

O processo de adequação e gerenciamento de capital é acompanhado de forma permanente e prospectiva, seja em situações de normalidade de mercado, ou em condições extremas, atendendo os limites definidos pelos Órgãos Reguladores e/ou aos aspectos de Governança Corporativa.

4. Aplicações financeiras

a. Resumo da classificação das aplicações financeiras

	2024	%	2023	%
Títulos a valor justo por meio do resultado	181.874	100	519.767	100
Títulos de renda fixa - fundos de investimento	181.874	100	519.767	100

b. Composição das aplicações financeiras por prazo e por título

Apresentamos a seguir a composição das aplicações financeiras por prazo e por título, incluindo os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos. Os títulos a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.

Os valores dos títulos que compõem os investimentos, relativos a fundos de investimentos exclusivos da Companhia, estão abaixo apresentados com base no percentual de participação da Companhia naquele fundo.

	2024				
	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil/valor justo	Valor atualizado	Ajuste a valor justo
Valor justo por meio do resultado	35.132	146.742	181.874	181.601	273
Letras financeiras do tesouro	35.132	146.742	181.874	181.601	273
Total	35.132	146.742	181.874	181.601	273

	2023					
	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil/valor justo	Valor atualizado	Ajuste a valor justo
Valor justo por meio do resultado	26.285	313.047	180.435	519.767	519.512	255
Letras financeiras do tesouro	26.285	313.047	180.435	519.767	519.512	255
Total	26.285	313.047	180.435	519.767	519.512	255

c. Cobertura das provisões técnicas

Os valores dos bens e direitos oferecidos em cobertura das provisões técnicas são os seguintes:

	2024	2023
Total das provisões técnicas (A)	157.396	210.592
(-) Redutores da necessidade de cobertura (*)	-	-
Total a ser coberto (A)	157.396	210.592
Quotas de fundos de investimentos	-	332.098
Total exigido (B)	-	332.098
Suficiência (B) - (A)	-	121.506

(*) De acordo com a Resolução Normativa ANS nº 521/2022 e alterações subsequentes, não há obrigatoriedade de vinculação de ativos garantidores para cobertura do montante contabilizado a título de PPCNG, PIC, PESL com depósito judicial, PESL SUS/ preço pós estabelecido e Provisões de Eventos/Sinistros a Liquidar – PESL que tenham sido avisados nos últimos 30 (trinta) dias.

d. Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

- **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;
- **Nível 2:** Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);

	2024		2023	
	Nível 1	Total	Nível 1	Total
Valor justo por meio do resultado	181.874	181.874	519.767	519.767
Letras financeiras do tesouro	181.874	181.874	519.767	519.767
Total	181.874	181.874	519.767	519.767

Movimentação das aplicações financeiras

	2024	2023
Saldo em 1º de janeiro	519.767	467.242
(+) Aplicações	1.211.144	1.444.648
(-) Resgates	(1.599.204)	(1.455.730)
(-) Rendimentos - ativos a valor justo por meio do resultado	50.167	63.607
Saldo em 31 de dezembro	181.874	519.767

e. Desempenho

A Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Em 2024, o desempenho global dos ativos financeiros atingiu 99,89% (100,28% em 31 de dezembro de 2023) do CDI no acumulado do exercício e, em relação ao referido benchmark, as taxas médias contratadas das aplicações, por indexador, foi de 100% em 2024 e 2023 da SELIC (títulos pós-fixados).

5. Créditos de operações com planos de assistência à saúde

a. Contraprestação pecuniária a receber por faixa de vencimento

	2024	2023
A vencer:		
Até 30 dias	104.761	187.023
De 31 a 120 dias	536	644
Total a vencer	105.297	187.667
Vencidos:		
Até 30 dias	1.409	4.046
De 31 a 120 dias	865	1.196
Acima de 121 dias	20.282	18.682
Total vencidos	22.556	23.924
Redução ao valor recuperável	(17.724)	(18.023)
Total	110.129	193.568

b. Movimentação de contraprestação pecuniária a receber

	2024	2023
Saldo em 1º de janeiro	193.568	175.287
(+) Contraprestações emitidas	819.176	1.125.202
(+) Taxa de administração e de implantação	36.180	37.952
(-) Recebimentos	(939.094)	(1.146.158)
(+) Constituição de provisão de perda	299	1.285
Saldo em 31 de dezembro	110.129	193.568

6. Créditos tributários e previdenciários

a. Ativos fiscais

	2024		2023	
	Circulante	Não circulante	Total	Total
Ativo fiscal diferido (i)	-	10.747	10.747	-
Impostos a compensar	18.726	-	18.726	18.544
Total	18.726	10.747	29.473	18.544

(i) Ativos fiscais diferidos

	Saldo em 2023	Constituição	Realização	Saldo em 2024
Provisão para riscos de crédito	6.252	458	(79)	6.631
Provisão para contingências civis	3.441	1.091	(1.724)	2.808
Provisão para contingências trabalhistas	518	153	(4)	667
Outros	1.109	126	(594)	641
Total	11.320	1.828	(2.401)	10.747

	Saldo em 2022	Constituição	Realização	Saldo em 2023
Provisão para riscos de crédito	6.694	-	(442)	6.252
Provisão para contingências civis	3.101	561	(221)	3.441
Provisão para contingências trabalhistas	411	107	-	518
Provisão para contingências fiscais	1.957	270	(2.227)	-
Outros	1.095	91	(77)	1.109
Total	13.258	1.029	(2.967)	11.320

Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Diferenças temporárias		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	
2025	1.416	509	1.925
2026	885	319	1.204
2027	757	273	1.030
2028	665	239	904
2029	797	287	1.084
2030 a 2032	2.935	1.057	3.992
2033	447	161	608
Total	7.902	2.845	10.747

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

7. Depósitos judiciais e fiscais

	2024	2023
Cíveis	3.364	2.504
Eventos	418	190
Trabalhistas	90	100
Outros depósitos	21	21
Total	3.893	2.815

8. Imobilizado

	Saldo em 2023	Aquisição/(Baixa)	Depreciação	Saldo em 2024
Bens móveis	2	-	(2)	-
Outras imobilizações	140	-	(133)	7
Ativo de direito de uso	1.166	(41)	(779)	346
Total	1.308	(41)	(914)	353

	Saldo em 2023	Aquisição/(Baixa)	Depreciação	Saldo em 2024
Bens móveis	43	-	(41)	2
Outras imobilizações	271	-	(131)	140
Ativo de direito de uso	1.868	105	(807)	1.166
Total	2.182	105	(979)	1.308

9. Intangível

	Saldo em 2023	Amortização	Saldo em 2024
Software	2.442	(333)	2.109
Total	2.442	(333)	2.109

	Saldo em 2022	Amortização	Saldo em 2023
Software	3.767	(1.325)	2.442
Total	3.767	(1.325)	2.442

10. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

	2024	2023
Saldo em 1º de janeiro	210.592	192.991
Eventos conhecidos	1.140.563	1.371.240
Eventos pagos	(1.193.759)	(1.352.954)
Reversão/constituição PEONA SUS	-	(685)
Saldo em 31 de dezembro	157.396	210.592

11. Tributos e encargos sociais a recolher

	2024	2023
Retenção de impostos e contribuições	22.641	20.433
Imposto de renda	16.435	19.135
Contribuição social	1.801	1.925
COFINS e PIS	388	375
Outros tributos e encargos sociais a recolher	1.001	1.041
Total	42.266	42.909

12. Débitos diversos

	2024	2023
Circulante		
Partes relacionadas	94.311	5.971
Dividendos a pagar	93.675	5.562
Outras contas a pagar	636	409
Depósitos de terceiros (i)	822	1.110
Obrigações com pessoal		



Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A.

CNPJ Nº 57.746.455/0001-78

(iv) Movimentação das provisões judiciais

	Trabalhistas	Cíveis	Total	
Saldo em 1º de janeiro de 2024	821	10.942	11.763	
Constituição líquida de reversões e atualizações monetárias.....	103	1.976	2.079	
Pagamentos.....	(11)	(3.611)	(3.622)	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	913	9.307	10.220	
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2023	5.752	728	10.066	16.546
Constituição líquida de reversões e atualizações monetárias.....	(5.752)	93	1.906	(3.753)
Pagamentos.....	-	-	(1.030)	(1.030)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	821	10.942	11.763

14. Patrimônio líquido

a. Capital social e dividendos

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 101.528.762 ações escriturais, ordinárias e nominativas, sem valor nominal. De acordo com as disposições estatutárias, a cada ação corresponde um voto nas Assembleias Gerais, sendo garantido aos acionistas um dividendo mínimo de 1% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. Os dividendos foram calculados conforme segue:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	65.693	73.450
Constituição da reserva legal.....	(3.285)	(3.673)
Base de cálculo dos dividendos	62.408	69.777
Dividendos pagos e propostos no exercício.....	62.408	37.994
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	100,00%	54,45%

b. Atos societários

Em Assembleias Gerais Extraordinárias, realizadas em 20 de setembro de 2024 e 30 de setembro de 2024, foram deliberadas as reduções de capital nos montantes de R\$250.000 e R\$100.000, respectivamente, sem cancelamento de ações. Durante o semestre de 2024, foi deliberado pelos administradores, através de reunião de diretoria, a destinação de dividendos extraordinários, no montante de R\$162.408, sendo R\$62.408, por conta do resultado do exercício e R\$100.000, mediante utilização de parte da conta "Reservas de lucros – Estatutárias".

c. Reserva legal

Constituída, ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

d. Reserva estatutária

Constituída por até 100% do lucro líquido remanescente após constituição de reserva legal e outras deduções legais, é efetuada ao final de cada exercício social, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, até atingir o limite de 95% (noventa e cinco por cento) do valor do Capital Social integralizado, estando sujeita à deliberação em Assembleia Geral.

15. Patrimônio líquido ajustado e capital regulatório

A seguir detalhamos o cálculo do patrimônio líquido ajustado e margem de solvência na data-base:

	2024
Patrimônio líquido contábil	73.049
(-) Despesas antecipadas.....	(119)
(-) Ativo não circulante intangível.....	(2.109)
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	70.821
Capital regulatório (maior valor entre I e II)	34.246
Capital base (I)	11.702
Capital baseado em riscos (II)*	34.246
Risco de crédito.....	15.400
Risco de mercado.....	5.938
Risco operacional.....	16.410
Efeito da correlação (benefício).....	(3.502)
Suficiência	36.575

(*) O cálculo do capital baseado em riscos corresponde a soma dos capitais de risco de crédito, mercado, subscrição e operacional, considerando a aplicação do benefício da correlação, seguindo as definições da Resolução Normativa ANS nº 569/2022. O capital baseado no risco de subscrição não se aplica a contratos de planos de saúde na modalidade de preço pós-estabelecido, como a Mediservice.

16. Benefícios a empregados

Planos de Previdência Complementar

A contribuição para os planos durante o exercício de 2024 totalizou R\$200 (R\$148 em 31 de dezembro de 2023); além disso a Companhia oferece aos seus funcionários e administradores seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional.

17. Transações e saldos com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com o CPC05. O Grupo também dispõe de política de transações com partes relacionadas.

	Ativo		Passivo	
	2024	2023	2024	2023
Banco Bradesco S.A. (controlador final) (i).....	10.207	9.286	-	-
Bradesco Seguros S.A. (empresa ligada) (iii).....	-	-	631	404
Bradesco Saúde S.A. (controladora direta) (vi).....	-	-	93.875	5.582
Fleury S.A. (empresa ligada) (ii) (vii).....	706	495	4.298	5.114
Fleury CPMA (empresa ligada) (vii).....	-	-	19	25
Novamed Gestão de Clínicas Ltda. (empresa ligada) (iv).....	-	-	1	4
Centro de Patologia Clínica Ltda. (empresa ligada) (vii).....	-	-	4	11
Laboratório Pretti Ltda. (empresa ligada) (vii).....	-	-	10	17
Clínica de Olhos Dr. Moacir Cunha S.A. (empresa ligada) (vii).....	-	-	-	-
Vita Clínicas Medicina Especializada Ltda. (empresa ligada) (ii).....	3	-	-	-
Toxicologia Pardini Laboratórios S.A. (empresa ligada) (ii).....	5	-	-	-
CIP - Centro de Infusões Pacaembu Ltda. (empresa ligada) (ii).....	7	-	330	223
Laboratório Bioclínico Ltda. (empresa ligada) (vii).....	-	-	10	12
Serviços Laboratoriais Liberato Ltda. (empresa ligada) (vii).....	-	-	9	-
Serviços Médicos Clínica São Lucas Ltda. (empresa ligada) (vii).....	-	-	3	-
Methodos Laboratório, Análises Clínicas e Hematologia Ltda. (empresa ligada) (vii).....	-	-	10	13
SAHA Serviços Médicos e Hospitalares Ltda. (empresa ligada) (vii).....	-	-	117	198
Instituto de Radiologia de Natal Ltda. (empresa ligada) (vii).....	-	-	6	6
Papaiz Associados Diagnósticos por Imagem S.A. (empresa ligada) (vii).....	-	-	-	1
Instituto Hermes Pardini S.A. (empresa ligada) (ii) (vii).....	227	-	189	180
Laboratório de Patologia Clínica Dr. Paulo C. de Azevedo (empresa ligada) (vii).....	-	-	1	2
Instituto de Análises Clínicas de Santos (empresa ligada) (vii).....	-	-	75	103
Moscogliato Serviço de Ultrassom Ltda. (empresa ligada) (vii).....	-	-	88	43
Anatomia Patológica Hugo Silvano Brandão (empresa ligada) (vii).....	-	-	-	1
Total	11.155	9.781	99.481	11.924
	Receitas	Despesas		
	2024	2023	2024	2023
Bradesco Seguros S.A. (empresa ligada) (iii).....	-	-	(5.070)	(4.007)
Banco Bradesco S.A. (controlador final) (i).....	-	-	(4)	(4)
Companhia Brasileira de Gestão de Serviços (empresa ligada) (iv) (ii).....	105	-	(4.313)	(4.156)
Odontoprev S.A. (empresa ligada) (iv).....	-	-	(291)	(275)
Prevsauze Comercial de Produtos e de Benefícios de Farmácia Ltda. (empresa ligada) (iv).....	-	-	(58)	(77)
Alelo S.A. (empresa ligada) (iv).....	-	-	(1.399)	(1.245)
BSP Empreendimentos Imobiliários Ltda. (empresa ligada) (v).....	-	-	(917)	(948)
Fleury S.A. (empresa ligada) (ii) e (vii).....	12.624	2.733	(30.270)	(29.951)
Fleury CPMA (empresa ligada) (vii).....	-	-	(127)	(136)
Novamed Gestão de Clínicas Ltda. (empresa ligada) (iv).....	-	-	(67)	(60)
Vita Clínicas Medicina Especializada Ltda. (empresa ligada) (ii).....	12	-	-	-
Toxicologia Pardini Laboratórios S.A. (empresa ligada) (ii).....	29	-	-	-
Papaiz Associados Diagnósticos por Imagem S.A. (empresa ligada) (vii).....	-	-	-	(20)
Instituto de Radiologia de Natal Ltda. (empresa ligada) (vii).....	-	-	(56)	(72)
Centro de Patologia Clínica Ltda. (empresa ligada) (vii).....	-	-	(22)	(17)
Laboratório Pretti Ltda. (empresa ligada) (vii).....	-	-	(124)	(83)
Clínica de Olhos Dr. Moacir Cunha S.A. (empresa ligada) (vii).....	-	-	(86)	(114)
CIP - Centro de Infusões Pacaembu Ltda. (empresa ligada) (ii).....	11	-	(3.917)	(3.860)
Laboratório Bioclínico Ltda. (empresa ligada) (vii).....	-	-	(87)	(76)
Laboratório Marcelo Magalhães S.A. (empresa ligada) (vii).....	-	-	-	(181)
Methodos Laboratório, Análises Clínicas e Hematologia Ltda. (empresa ligada) (vii).....	-	-	(54)	(56)
SAHA Serviços Médicos e Hospitalares Ltda. (empresa ligada) (vii).....	-	-	(1.593)	(1.599)
Santecorp Holding Ltda. (empresa ligada) (vii).....	-	-	(1.781)	(1.345)
Instituto Hermes Pardini S.A. (empresa ligada) (ii) (vii).....	1.197	-	(1.126)	(737)
Laboratório de Patologia Clínica Dr. Paulo C. de Azevedo (empresa ligada) (vii).....	-	-	(18)	(13)
Instituto de Análises Clínicas de Santos (empresa ligada) (vii).....	-	-	(334)	(320)
Moscogliato Serviço de Ultrassom Ltda. (empresa ligada) (vii).....	-	-	(403)	(203)
Anatomia Patológica Hugo Silvano Brandão (empresa ligada) (vii).....	-	-	(2)	(1)
Serviços Laboratoriais Liberato Ltda. (empresa ligada) (vii).....	-	-	(18)	-
Serviços Médicos Clínica São Lucas Ltda. (empresa ligada) (vii).....	-	-	(8)	-
Eco-Rad Serviços Médicos Ltda. (empresa ligada) (vii).....	-	-	(2)	-
Total	13.978	2.733	(52.147)	(49.556)

DIRETORIA

Carlos Alberto Iwata Marinelli	Diretor-Presidente	Vinicius Marinho da Cruz	Diretor
Rodrigo Bacellar Wuerkert	Diretor Geral	Baldirene Soares Secato	Diretora
Flávio Bitter	Diretor Gerente	Antonio Alexandre Arias	Diretor
Thais Jorge de Oliveira e Silva	Diretora		
Sylvio Roberto Alves Vilardi	Diretor		
Fabio Miranda Daher	Diretor		

Alberto Barcellos Miranda
Contador - CRC-1R/94195/O-2 S SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A.
Barueri – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

- (i) Refere-se saldo em conta corrente, despesas com taxa de custódia, tarifas bancárias e serviços de ações escriturais.
- (ii) Contraprestações a receber/emitidas.
- (iii) O raste das despesas administrativas compartilhadas é efetuado a partir de aplicações de percentuais de alocação para cada sociedade filiada, sobre o total de despesas incorridas pela sociedade de comando, no desenvolvimento de atividades de: a) administração financeira; b) tecnologia da informação; c) administração; d) jurídico; e) recursos humanos; f) marketing e; g) corporativo, percentuais estes definidos com base em medidores de atividades e critérios estabelecidos na Convenção.
- (iv) Refere-se à prestação de serviços de processamento de informações relativas a eventos indenizáveis, benefícios de farmácia, assistência médica, assistência de viagem e alimentação.
- (v) Despesas com alugueis.
- (vi) Dividendos.
- (vii) Refere-se a sinistros avisados/pagos.

a. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores, que é distribuída em Reunião de Diretoria, conforme determina o Estatuto Social, sendo que os administradores abdicaram do direito de recebimento da remuneração, posto que receberam honorários de outra empresa da Organização.

18. Detalhamento das contas de resultado

a. Receitas com operações de assistência à saúde

	2024	2023
Contraprestações líquidas/prêmios retidos.....	94.304	85.141
(-) Tributos.....	(6.534)	(5.981)
Total	87.770	79.160

b. Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde

	2024	2023
Despesas com seguros.....	(11.825)	(8.472)
Despesas de prestação de serviços.....	(5.323)	(5.172)
Despesas com encargos sociais.....	(2.995)	(3.069)
Despesas com confecção de carteira e livro de credenciamento.....	(340)	(325)
Reversão/constituição de provisão para perdas sobre créditos.....	(331)	(336)
Reversão/constituição de provisão para contingências cíveis.....	523	(360)
Total	(20.291)	(17.734)

c. Despesas administrativas

	2024	2023
Despesas com pessoal próprio.....	(15.248)	(12.135)
Ordenados.....	(8.042)	(6.304)
INSS/FGTS.....	(2.739)	(2.137)
Alimentação ao trabalhador.....	(1.400)	(1.354)
Despesa com transporte de empregados.....	(434)	(383)
Planos de previdência privada (nota 18).....	(200)	(148)
Outras.....	(2.433)	(1.809)
Despesas com serviços de terceiros.....	(3.478)	(4.808)
Despesas com localização e funcionamento.....	(3.072)	(3.876)
Despesas com publicidade e propaganda institucional.....	(1.315)	(1.124)
Despesas com donativos e contribuições.....	(1.037)	(1.422)
Impostos federais/estaduais/municipais.....	(153)	(45)
Outras.....	(233)	(475)
Total	(24.536)	(23.885)

d. Resultado financeiro líquido

	2024	2023
Receitas financeiras		
Receitas com títulos de renda fixa.....	50.167	63.607
Receitas com títulos de renda variável.....	2.499	381
Atualização monetária de depósitos judiciais e fiscais.....	134	5
Outras receitas financeiras.....	135	122
Subtotal	52.935	64.115
Despesas financeiras		
Atualização monetária de contingências passivas.....	(394)	(460)
Encargos sobre tributos.....	-	(204)
Outras despesas financeiras.....	(215)	(590)
Subtotal	(609)	(1.254)
Total	52.326	62.861

e. Despesas de imposto de renda e contribuição social

	2024	2023
Impostos diferidos		
Reversão/constituição no exercício sobre adições temporárias.....	(573)	(1.937)
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(32.858)	(35.626)
Imposto de renda e contribuição social devidos	(33.431)	(37.563)

19. Reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social

	2024	2023
Resultado antes dos impostos e participações	99.859	112.280
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes.....	(33.952)	(38.175)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações no resultado.....	(250)	(431)
Contribuição entidade de classe.....	(163)	(115)
Ajustes efetuados na declaração de rendimento.....	(145)	(152)
Doações, patrocínios e brindes.....	(310)	(465)
Outros valores.....	1.389	1.775
Total tributos	(33.431)	(37.563)
Alíquota efetiva	33,48%	33,45%

20. Outras informações

a. Relatório do Comitê de Auditoria

O resumo do relatório do Comitê de Auditoria foi divulgado junto com as demonstrações contábeis da Bradesco Saúde S.A. (acionista controladora) em 27 de fevereiro de 2025, no Jornal Monitor Mercantil.

b. Eventos/Sinistros Conhecidos ou Avisados de Assistência à Saúde Médico Hospitalar